

MARÇO 2024

73ª EDIÇÃO

# GAZETA DO POVO

REVISTA

## Bomba ideológica

Presidente do Senado quer acelerar proposta que praticamente recria Código Civil, incluindo demandas abortistas e contra o conceito tradicional de família

Editorial: O aborto na França e a desumanização do nascituro

Esquerda lidera resistência à anistia, mas já foi beneficiada por ela

# Índice

O aborto na França e a desumanização do nascituro **03**

---

J.R. Guzzo: Lula fala em genocídio em Gaza e defende infanticídio no Brasil **12**

---

Rodrigo Constantino: Lula encheu o saco! **18**

---

Novo Código Civil é bomba ideológica prestes a tramitar sem alarde no Senado **24**

---

Esquerda lidera resistência à anistia, mas já foi uma das mais beneficiadas pelo instrumento **32**

---

Gemini: o grande fiasco “woke” do Google **47**

---

SP terá São Miguel Arcanjo maior do que o Cristo Redentor **59**

---



**USUÁRIO DE ANDROID:** PARA NAVEGAR UTILIZANDO OS LINKS DE PÁGINA VOCÊ PRECISA DO APP [ACROBAT READER](#)





*Parlamentares franceses aplaudem aprovação de emenda constitucional que garante o direito ao aborto na França. | Foto: Christophe Petit Tesson/EFE/EPA*

## EDITORIAL

# O aborto na França e a desumanização do nascituro

A cultura da morte deu mais um passo adiante nesta segunda-feira, quando o Legislativo francês, em sessão conjunta de senadores e deputados, aprovou por maioria esmagadora –

780 votos favoráveis e apenas 72 contrários – uma alteração da Constituição do país para incluir nela “a liberdade das mulheres de recorrer ao aborto, que é garantido”. A medida é inédita em todo o mundo, e é preciso prestar muita atenção no que ela representa. Não se trata de uma legalização ou descriminalização, para a qual bastaria eliminar as menções ao aborto nos códigos penais; o que a França acaba de fazer é elevar o aborto ao status de direito constitucional, assim como o direito de ir e vir, o direito à liberdade de expressão e outras garantias características de uma democracia. Em outras palavras, trata-se da consagração do direito de matar – não um agressor injusto, como na doutrina clássica da legítima defesa, mas um ser humano completamente indefeso e inocente, alojado no próprio ventre.

Entender como se chegou a esse ponto é importante. O abortismo se insere em um quadro mais amplo, de perda de referências morais e abandono de valores que por séculos foram caros à sociedade, tendo sido a base da civilização ocidental. A relativização da dignidade da pessoa humana e a negação do direito inalienável à vida são componentes cruciais deste processo, e o mesmo roteiro que culminou com a decisão do parlamento francês está sendo aplicado em diversas outras partes do mundo, inclusive no Brasil, com maior ou menor velocidade. Não podemos descartar que a onda criada na França acabe chegando a outros países, assim como se avaliou, quando a Suprema Corte norte-americana derrubou Roe v Wade, que as repercussões daquele julgamento

seriam mundiais, impulsionando a defesa da vida fora dos Estados Unidos. E a principal ferramenta para se chegar aonde os franceses chegaram é a desumanização do nascituro.



*É pura barbárie retirar de um ser humano, independentemente de sua idade gestacional, sua dignidade intrínseca e cristalizar na lei maior de um país a possibilidade de seu extermínio como um direito*

Para isso, evidentemente, é preciso empurrar para baixo do tapete um dado científico inegável: que, a partir do momento do encontro dos gametas masculino e feminino, estamos diante de um indivíduo da espécie humana (de que outra espécie poderia ser?); dono de um genoma único, diferente dos genomas paterno e

materno – ou seja, não uma “parte do corpo da mãe”; e indubitavelmente vivo (do contrário, não se desenvolveria); ou seja, vida humana, desde seu primeiro momento, como atesta qualquer manual de Embriologia usado nas faculdades de Medicina mundo afora.

O que o abortismo faz é negar ou ao menos diminuir esse status. Um dos meios para isso consiste em estabelecer momentos do desenvolvimento embrionário ou fetal (como, por exemplo, a formação do sistema nervoso) para só então reconhecer vida humana, e ignorar deliberadamente as questões incômodas postas pela adoção desse tipo de limiar arbitrário, já que é impossível afirmar com plena honestidade intelectual que um embrião ou feto não seria humano antes desse

estágio do seu desenvolvimento. Trata-se de um autêntico negacionismo científico.

E, se a tentativa de estabelecer parâmetros “científicos” falhar, entram em cena outras falácias desumanizadoras, como estabelecer uma distinção filosófica entre “vida humana” e “pessoa humana”, admitindo-se que o embrião ou o feto são de fato vida humana, mas que por algum motivo – sempre arbitrário – não seriam pessoas, e por isso deveriam ser menos dignos de proteção, ou até mesmo nada dignos de proteção.

Para isso, no entanto, é preciso esconder um fato que a boa antropologia filosófica atesta: que o nascituro nunca é um algo, mas um alguém, um ser humano desde seu primeiro momento. É por isso que bioeticistas



comprometidos com a cultura da morte recorrem, em uma tentativa final de desumanização do embrião ou do feto, a conceitos como o de “senso da própria existência”, para usar as palavras do australiano Peter Singer ao defender uma ideia ainda mais macabra: a de que “matar um recém-nascido nunca é equivalente a matar uma pessoa”.

Com o embrião ou feto devidamente privado do reconhecimento de sua humanidade e sua dignidade intrínseca, as portas estão abertas para o vale-tudo. Assim, o aborto pode deixar de ser reconhecido como um mal que é preciso tolerar, seja lá por que razões, para se tornar coisa mais corriqueira: uma afirmação jubilosa – e as celebrações na França, como também já havia ocorrido na Irlanda ou na Argentina

quando da legalização naqueles países, bem o demonstram – da autonomia da mulher, que passa a ser o único critério válido.

É como se exprime, por exemplo, o atual presidente do STF, Luís Roberto Barroso, que em 2018 respondia à ativista pró-vida (e hoje deputada federal) Chris Tonietto nos seguintes termos: “Admitindo que haja vida – e, portanto, trabalhando sobre a sua premissa –, se você se mover, como eu me movo, por uma ética kantiana, e se a sua vida depende do sacrifício da minha liberdade individual, e eu não quero sacrificar minha liberdade individual, você perde” – no caso, perde a vida, que fique bem claro.

Dias atrás, tratamos como “barbárie” a postura de optar pela eliminação deliberada de um bebê

que já chegou a um estágio de desenvolvimento que lhe permitiria alguma chance de sobrevivência fora do útero. Mas é igualmente bárbaro retirar de um ser humano, independentemente de sua idade gestacional, sua dignidade intrínseca e cristalizar na lei maior de um país a possibilidade de seu extermínio como um direito. Não há verniz de civilização ou prosperidade material que sejam capazes de esconder o apodrecimento moral de uma sociedade que trata dessa forma os mais indefesos e inocentes entre os seres humanos.



[Voltar ao índice](#)



*Ministra da Saúde, Nísia Trindade, foi presidente da Fiocruz. | Foto: Vinicius Loures/Câmara dos Deputados*

## OPINIÃO

**J.R. Guzzo**

# Lula fala em genocídio em Gaza e defende infanticídio no Brasil

*O Brasil teve cerca de 70 mil estupros em 2023 – um dos números mais vergonhosos que o Estado, o*

*ente sagrado de Lula e do PT, para mostrar o seu fracasso na tarefa essencial de assegurar a segurança da mulher brasileira. “As mulheres”, na propaganda do governo, foram uma das maiores descobertas do presidente – só ele mesmo, com o seu gênio fora do comum, poderia ter revelado ao mundo que as mulheres existem e tinham de ser salvas do massacre que vinham sofrendo no governo anterior.*

*A cifra é 15% pior que a de 2022, quando as mulheres, segundo a esquerda, estavam sendo exterminadas no Brasil. Na verdade, todos os tipos de crime ficaram piores neste último ano, como resultado da opção permanente da esquerda nacional em favor dos criminosos.*



*A solução que o governo Lula quer dar para essa calamidade é precisamente a mesma que você pode estar imaginando: matem os bebês*

O pior, porém, não está exatamente no número escandaloso dos estupros. Como sempre acontece, o governo Lula não consegue reagir a uma tragédia sem propor duas tragédias, e foi isso que houve mais uma vez – nunca erram o alvo quando se esforçam para atirar nos feridos. Não há números exatos, mas a estimativa mais usada é de que até 5% dos estupros resultam em gravidez no Brasil – o que daria 3.500 bebês não desejados.



A solução que o governo Lula quer dar para essa calamidade é precisamente a mesma que você pode estar imaginando: matem os bebês. Não foi o presidente da República quem teve essa ideia, e nem houve uma decisão oficial a respeito; aliás, não poderia mesmo haver, do ponto de vista legal, embora essas coisas, hoje em dia, possam ser resolvidas em certos tribunais de Brasília. Mas é pior: os autores da decisão, uma “nota técnica” do Ministério da Saúde, são dois gatos gordos da equipe da ministra Nísia Trindade, que tentaram emplacar a sua ideia por baixo pano. É a desordem se juntando à infâmia.

A “nota” foi logo suspensa ao se ver o horror que tinham proposto: pelas suas instruções, os serviços médicos oficiais seriam autorizados a praticar aborto contra fetos já com nove meses

de vida. O entendimento atual prevê um prazo máximo de 21 semanas para o aborto legal – uma regra já perturbadora, quando se leva em conta que a criança, a essa altura, tem todos os seus órgãos funcionando. Mas os operadores atuais do governo na saúde acham que isso não é suficiente; querem aborto até o último dia da gravidez. Aí é puro e simples assassinato. Pior que isso, só autorizando a eliminação do feto depois do nascimento.

O mais sinistro em toda essa trama é que o Ministério da Saúde e a sua titular não suspenderam a decisão por acharem que ela está errada. Foi porque não contavam fazer isso agora; acham, possivelmente, que dariam armas para a “extrema direita”. A mídia amiga fez ainda pior. Tratou o episódio como uma mera “trapalhada”, ou um “equivoco”, e não

como uma proposta de crime. Para o presidente Lula, então, foi uma beleza.

Há meses ele se especializou em denunciar, a cada cinco minutos, o “genocídio de crianças” na operação militar de Israel na faixa de Gaza. Seu governo, enquanto isso, prega o infanticídio explícito para até 3.500 seres vivos.



**Autor:** J.R.Guzzo é jornalista. Começou sua carreira como repórter em 1961, na Última Hora de São Paulo, passou cinco anos depois para o Jornal da Tarde e foi um dos integrantes da equipe fundadora da revista Veja, em 1968. Foi correspondente em Paris e Nova York, cobriu a guerra do Vietnã e esteve na visita pioneira do presidente Richard Nixon à China, em 1972. Foi diretor de redação de Veja

durante quinze anos, a partir de 1976, período em que a circulação da revista passou de 175.000 exemplares semanais para mais de 900.000. Nos últimos anos trabalhou como colunista em Veja e Exame. \*\*Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



*O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, e o presidente Lula no evento em que apresentaram projeto para regular o trabalho por aplicativos de transporte. | Foto: André Borges/EFE*

## OPINIÃO

**Rodrigo Constantino**

### **Lula encheu o saco!**

Lula disse que vai "encher o saco" do iFood.  
"Vamos encher tanto o saco que o iFood vai ter

que negociar", disse o presidente. É o resumo perfeito para ilustrar a mentalidade petista e o que esse desgoverno faz com quem tenta produzir riqueza, empregos e gerar valor para a sociedade. O PT enche o saco de todos os trabalhadores para poder encher o cofre de todos os seus apaniguados.

Assim como na questão do aborto e das amizades com ditadores comunistas, o TSE em conluio com a velha imprensa tentou impedir o eleitor de saber o que pretendia o PT. "É falso que Lula quer acabar com trabalho por aplicativo, como Uber e iFood", dizia manchete do UOL em outubro de 2022. Mas não era Fake News: era previsão embasada no histórico petista, como ficou claro.



*O petismo gosta mesmo de sindicalista pelego, que faz campanha para o próprio PT com o dinheiro dos trabalhadores*

A esquerda radical odeia quem produz riqueza. O petismo gosta mesmo de sindicalista pelego, que faz campanha para o próprio PT com o dinheiro dos trabalhadores. Tanto que já há projeto para se criar sindicato na categoria, com base na premissa equivocada de que as empresas "exploram" os trabalhadores – que voluntariamente escolhem tal trabalho.

Lula enviou nesta segunda-feira (4) ao Congresso Nacional um projeto de lei complementar que regulamenta o trabalho de transporte por aplicativos. As diretrizes



propostas, que valem apenas para o transporte em veículos de quatro rodas, tramitarão em regime de urgência constitucional.

Câmara e Senado terão 45 dias, cada um, para analisar o texto, que prevê, além de pagamento mínimo por hora trabalhada, uma contribuição previdenciária obrigatória – deduzida na fonte e recolhida pelas empresas – e a criação de sindicatos da categoria, de trabalhadores e patronal.

É o começo da morte desse tipo de serviço no Brasil. É a vanguarda do atraso. É o mofado marxismo impedindo o empreendedorismo em nosso país. É o oportunismo sindical colocando um fardo extra no bolso do usuário. A economista Renata Barreto resumiu bem: "Na

prática, se tudo o que foi proposto for aprovado, inviabilizará o negócio e deixará milhares de pessoas sem emprego".

Renata fez uma previsão nada animadora: "Ou seja, vão aumentar o custo para empresa de forma absurda, vão tirar totalmente a liberdade do motorista e reduzir seus ganhos totais e vão encarecer as corridas. O negócio ficará praticamente inviável e é muito provável que as empresas saiam do Brasil".

É o Brasil se aproximando para valer das ditaduras nefastas.

Parabéns aos envolvidos! Como se sentem neste momento todos aqueles tucanos "liberais",

inclusive os de "mercado", que fizeram o L para "salvar a democracia"? Se eles tivessem um pingo de vergonha na cara, vinham em praça pública se ajoelhar e pedir perdão ao povo brasileiro.



**Autor:** Rodrigo Constantino é Economista pela PUC com MBA de Finanças pelo IBMEC, trabalhou por vários anos no mercado financeiro. É autor de vários livros, entre eles o best-seller “Esquerda Caviar” e a coletânea “Contra a maré vermelha”. Contribuiu para veículos como Veja.com, jornal O Globo e Gazeta do Povo. Preside o Conselho Deliberativo do Instituto Liberal. \*\*Os textos do colunista não expressam,

necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



*O presidente do Senado Federal, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que acelerar a tramitação do novo Código Civil. | Foto: Jefferson Rudy/Agência Senado*

*Aborto, ataque à família e identitarismo*

## **Novo Código Civil é bomba ideológica prestes a tramitar sem alarde no Senado**

Por Leonardo Desideri

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), quer a tramitação rápida de uma

proposta que praticamente cria um novo Código Civil para o país, alterando o atual em sua essência e em grande parte de toda sua estrutura. Se aprovado tal como está agora, o documento promoveria uma revolução legal no Brasil, atendendo a demandas do abortismo, do identitarismo woke e dos defensores da ideologia de gênero, e alterando radicalmente os conceitos de família e de pessoa na legislação.

Na semana passada, uma comissão de juristas formada pelo Senado criou um anteprojeto para mudar o Código Civil, que esteve aberto para receber emendas até a sexta-feira (8). Após esse prazo, o documento começou a tramitar na Casa. Algumas das mudanças mais graves previstas incluem:

- A definição do bebê em gestação como "potencialidade de vida humana pré-uterina ou uterina", que introduz no Código Civil a noção de que o bebê, antes de nascer, não teria vida humana.
- O reconhecimento de uma "autonomia progressiva" de crianças e adolescentes, que devem ter "considerada a sua vontade em todos os assuntos a eles relacionados, de acordo com sua idade e maturidade" – o que abriria caminho, por exemplo, para facilitar cirurgias de redesignação sexual sem a necessidade de anuência dos pais, entre outras coisas.
- A previsão de que o pai perderá na Justiça a sua autoridade parental caso submeta o filho a "qualquer tipo de violência psíquica"



- a lei não especifica as atitudes classificáveis como "violência psíquica".
- A previsão de que os animais de estimação podem compor "o entorno sociofamiliar da pessoa", e que da relação afetiva entre humanos e animais "pode derivar legitimidade para a tutela correspondente de interesses, bem como pretensão reparatória por danos experimentados por aqueles que desfrutam de sua companhia" – o que elevaria o status jurídico da relação entre pessoas e animais, abrindo espaço para o reconhecimento legal daquilo que se tem chamado de "família multiespécie".
- A introdução do conceito de "sociedade convivencial", que poderia abrir caminho

para abrigar na legislação brasileira, por exemplo, uniões poliafetivas.

A comissão de juristas que elaborou o anteprojeto é presidida por Luis Felipe Salomão, corregedor nacional de Justiça e ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A relatoria do documento é de Rosa Maria de Andrade Nery e Flávio Tartuce.

As figuras mais diretamente envolvidas na elaboração do documento que está prestes a tramitar no Senado têm chamado o projeto atual de "revisão" ou "atualização" do Código. Entretanto, as mudanças são tão substanciais – o documento com as propostas tem 293 páginas – que o próprio site oficial do Senado já chamou o projeto de "novo Código Civil".

## **Criar novo Código Civil é medida rara; versão atual tem só duas décadas**

O Direito Civil é o ramo do Direito em que se estruturam todas as relações estabelecidas pelas pessoas do nascimento à morte, e em que se discutem conceitos como os de pessoa, casamento, família e propriedade do ponto de vista legal. Por isso, o Código Civil é essencial dentro do ordenamento político e serve de base conceitual para boa parte das outras legislações do país.

Não por acaso, as democracias costumam preferir uma abordagem cautelosa em qualquer tentativa de revisão do Código Civil, com longo escrutínio público, participação dos diversos setores da sociedade civil e envolvimento direto de parlamentares com diferentes visões. A

discussão da proposta atual, contudo, tem sido acelerada por figuras como Pacheco e Salomão.

O presidente do Senado já deixou claro no início do ano que o Código Civil seria uma de suas prioridades para 2024. A aprovação do documento é vista como um possível legado da sua Presidência, que o chancelaria, entre outras coisas, para indicar o próximo mandatário da Casa. A pressa por aprovar o Código também tem outra motivação: evitar a atenção e a resistência das bancadas conservadoras, que podem embargar o projeto.

O Brasil só teve, até hoje, dois Códigos Civis: o de 1916 e o atual, que é de 2002. Para a produção do Código Civil atualmente em voga, houve décadas de maturação e debate amplo. O anteprojeto do documento de 2002 começou a ser elaborado no fim da década de 1960, o que

reflete a importância que era dada à parcimônia na reformulação do documento que rege as relações civis no país. Em outros países, a situação tende a ser semelhante. Na Alemanha e na França, reformas recentes de menor envergadura que a que deve tramitar no Senado brasileiro foram debatidas por mais de dez anos.

A abertura para sugestões sobre o anteprojeto do novo Código Civil foi feita na semana passada e terá seu prazo encerrado na sexta – ou seja, o Senado brasileiro deu somente duas semanas para a sociedade discutir o documento.



[Voltar ao índice](#)



*Manifestantes ocupam Avenida Paulista | Foto: Anderson Prado/Gazeta do Povo*

Pacificação nacional

## **Esquerda lidera resistência à anistia, mas já foi uma das mais beneficiadas pelo instrumento**

Por Silvio Ribas

O movimento da oposição em favor da aprovação pelo Congresso de um projeto de lei



para anistiar condenados do vandalismo do 8 de Janeiro tem seu maior foco de resistência nos partidos de esquerda e no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Curiosamente, a pacificação buscada por meio desse instrumento previsto pelo código penal – e que foi um dos principais temas do discurso do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no evento político da Avenida Paulista domingo passado (25) – beneficiou ao longo da história sobretudo o campo progressista ligado à esquerda.

A Lei da Anistia de 1979 permitiu que milhares de brasileiros retomassem suas atividades públicas com ficha limpa. Além daqueles que haviam apenas criticado o regime militar, também foram beneficiados 700 condenados por participarem da luta armada, com assaltos, terrorismo, sequestros e assassinatos. A medida

aprovada pelo Congresso durante o governo de João Figueiredo, o último do período militar, abriu caminho para a redemocratização, consagrada na Constituição de 1988.

Indivíduos anistiados como José Dirceu, Miguel Arraes, Luiz Carlos Prestes e Leonel Brizola ocuparam cargos relevantes, seja por nomeação ou eleição, incluindo a Presidência da República, caso de Dilma Rousseff (PT), egressa da luta armada.

Os beneficiados do "outro lado" pertenciam por sua vez às Forças Armadas e não tiveram protagonismo na abertura política. Os agentes dos órgãos de repressão que foram identificados, parte deles responsáveis por torturas e assassinatos, somam 337, segundo

relatórios de comissões do Executivo e do Legislativo.

Em 1979, após muita pressão da sociedade, o governo resolveu enviar uma proposta ao Congresso que criava a anistia aos presos e exilados políticos pelo regime militar. À época, o Brasil ainda vivia sob o bipartidarismo, de um lado a Arena (partido do governo) e do outro o MDB (partido de oposição). O projeto foi aprovado pelo Congresso em 22 de agosto de 1979. A sanção presidencial da Lei da Anistia, em 28 de agosto, resultou na libertação imediata de 17 presos políticos. Outros 35 permaneceram à espera de julgamentos pelo Supremo Tribunal Militar (STM).

Especialistas e políticos consultados pela Gazeta do Povo apontam que a recusa da

esquerda em apoiar a anistia para rivais de direita deve-se à conveniência política. Sua resistência visaria enfraquecer bases de apoio, silenciar vozes da oposição e tirar candidatos competitivos das urnas.

Nesse sentido, o principal alvo é Bolsonaro e uma prova disso está em palavras de ordem contra o perdão judicial, exigindo punições severas e imediatas a investigados pelos chamados “atos antidemocráticos”, antes mesmo do fim dos julgamentos e da apresentação de projetos de anistia.

### **Oposição avalia estratégias para viabilizar o projeto de anistia**

No ato na Paulista, Bolsonaro ressaltou que quem praticou vandalismo na Praça dos Três

Poderes deve pagar de alguma forma, mas pediu à Justiça “o mínimo de razoabilidade”. “Já anistiamos no passado quem fez barbaridades no Brasil. Agora, pedimos a todos os 513 deputados e 81 senadores um projeto para que seja feita justiça no Brasil”, disse.

Até agora o Supremo Tribunal Federal (STF) condenou 101 réus do 8 de Janeiro, com penas que variam de 3 a 17 anos de reclusão. As penas incluem ainda pagamento de indenização de R\$ 30 milhões, a ser quitado de forma solidária (em conjunto) por todos.

Tramitam no Congresso ao menos seis projetos de anistia para o 8 de Janeiro. O PL, maior partido da oposição, está elaborando estratégias para levar adiante a campanha lançada por Bolsonaro. A primeira proposta foi apresentada

em outubro pelo senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS).

Em entrevista ao Diário do Poder, ele reclamou do “poder desmesurado” de Moraes, acobertado pelo silêncio dos demais integrantes da Corte, e lembrou que os réus do 8 de Janeiro não tiveram o devido processo legal ao não passar por um juiz natural de primeira instância. “Ao serem julgados diretamente no STF eles vão recorrer a quem? A Deus? Isso não está correto”, disse.

A adesão de centenas de milhares de pessoas ao ato político convocado pelo ex-presidente, além da presença de 117 deputados, 20 senadores e quatro governadores, impulsionou o debate sobre a anistia, em paralelo ao avanço de condenações e do cerco judicial contra ele e

aliados. Para passar o projeto são necessários os votos de 257 deputados e 41 senadores. E mesmo aprovado, o texto ainda deverá enfrentar provável veto de Lula e a judicialização quando a decisão for levada ao STF. Em maio de 2023, o plenário da Corte anulou indulto presidencial que extinguiu pena imposta ao ex-deputado Daniel Silveira (RJ).

### **Apelo de Bolsonaro por anistia é endereçado até ao governo Lula**

O senador Eduardo Gomes (PL-TO), que foi líder de Bolsonaro no Congresso, pondera que o ideal seria aguardar o resultado das eleições municipais, quando o ex-presidente deverá colher dividendos, para fazer avançar a aprovação da anistia.



Hoje, a iniciativa alcançaria os condenados pelo 8 de Janeiro e precisaria prever o perdão posterior aos que ainda estão sendo investigados e serão julgados, incluindo políticos, militares e empresários. Esse foi o argumento em contrário dado até por Lula nesta terça-feira (27) à *Rede TV!*. “O cidadão lá está pedindo anistia antecipada. Quero que tenha a presunção de inocência que não tive”, disse.

“O Parlamento é que decide essa questão (anistia), mas se a proposta partir do Executivo seria bem-vinda”, comentou Bolsonaro à revista *Oeste*, embora ache “muito difícil” isso ocorrer.

O líder da oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN), também considera a anistia a oportunidade de “apaziguar” o Brasil,

destacando os 40 processos de perdão político ocorridos na história da República, que permitiram a cidadãos exercerem mandatos após serem anistiados.

Marinho enfatiza a existência de uma cultura brasileira de buscar a conciliação, evitando que aqueles que cometeram crimes sejam perseguidos politicamente, mas sim processados conforme a lei.

O senador ainda esclareceu que o apoio da oposição a uma proposta de anistia não isentaria de punição responsáveis por danos materiais comprovados, mas lembra que o popular slogan “ampla, geral e irrestrita” da lei de 1979 foi entoado no passado por Lula e seus seguidores, que agora pensam o contrário. “Ao aderir à reconciliação nacional, Lula deixaria

uma marca de magnanimidade em sua história política”, disse Marinho.

O cientista político e consultor Paulo Kramer classifica a anistia como algo fundamental para reequilibrar as disputas político-partidárias, destacando que a esquerda hoje se beneficia das decisões dos tribunais superiores e das investigações da PF, colocando os rivais liberais e conservadores na defensiva.

“Ao contrário da anistia de 1979, que perdoou até crimes de sangue de terroristas, a anistia buscada pela direita visa fazer justiça a manifestantes pacíficos contra a corrupção e apoiadores do direito à livre manifestação pacífica”, opinou.

Kramer acredita que Lula só anistiará a direita mediante amplo movimento cívico e político nacional, considerando essa perspectiva improvável por enquanto, tendo em vista que uma anistia ampla traria de volta Bolsonaro ao palco eleitoral de 2026.

## **Juristas apontam complexidades trazidas no Código Penal**

Cláudio Caivano, advogado que representa presos do 8 de Janeiro, ressalta que a anistia tem no contexto atual papel crucial como instrumento jurídico para garantir a liberdade dos condenados. Ele defende a aprovação do PL 5793/2023, proposto pelo deputado Delegado Ramagem (PL-RJ), por abordar também itens da Lei 14.197/2021, que incluiu os crimes contra

o Estado Democrático de Direito no Código Penal.

O advogado vê "abusos" de Alexandre de Moraes relacionados à interpretação destes crimes, imputados a diferentes réus. Embora o texto tenha recebido elogios de juristas, ele pondera que sua aprovação depende do engajamento de diversos setores da sociedade.

Para André Marsiglia, advogado especialista em liberdade de expressão, o debate em torno da anistia aos presos do 8 de Janeiro é válido e legítimo, pois “estamos inegavelmente diante de condenações agravadas por fatores políticos e irregularidades jurídicas não sanadas, advindas da questionável competência do STF e suspeição do relator para exame do caso”.

Mas ele ressaltou que o projeto dificilmente avançará, pois “seria uma provocação à Corte que o Legislativo já mostrou não estar disposto a fazer”. Ele lembrou que a anistia sempre foi usada no país sob o interesse do momento, como um instituto mais político que jurídico e com pouco rigor técnico.

Vera Chemin, advogada especialista em direito constitucional, considerou o tema da anistia no atual contexto político ainda mais complexo e polêmico que o de outros momentos.

Ela destacou que a extinção da punibilidade pela anistia exige uma lei para dispor sobre os crimes de 8 de Janeiro, paralela à Lei de 1.979, sobretudo após a revogação da Lei de Segurança Nacional em 2021, juntamente com a inclusão

de crimes contra o Estado Democrático de Direito no código penal.

A professora enfatizou ser preciso avaliar a classificação dos crimes do vandalismo em Brasília como políticos, comuns ou conexos e lembrou da competência do STF para fazer o controle judicial da eventual lei, em caso de ilegalidades.

“Diante da polarização ideológica do país, é bem possível a judicialização”, concluiu.



[Voltar ao índice](#)



*George Washington, papisa, soldado nazista e vikings negros: algumas das imagens geradas pela Gemini, inteligência artificial do Google. | Foto: Reprodução/X*

## Inteligência artificial

# Gemini: o grande fiasco “woke” do Google

Por Eli Vieira

Uma papisa que é uma mulher negra. Um viking com feição asiática. Soldados nazistas com cara



de que nasceram no Mali ou no Vietnã. Essas foram algumas das imagens produzidas pela nova inteligência artificial (IA) do Google, a Gemini, quando usuários pediram para ver um papa, vikings e nazistas. O mesmo aconteceu com comandos para produzir imagens dos fundadores dos Estados Unidos no século XVIII — o resultado foi um George Washington negro. O produto foi lançado após testes no dia 9 de fevereiro, substituindo o robô de conversação Bard, a resposta pouco popular do Google ao ChatGPT, a mais poderosa ferramenta do tipo até o momento.

Nos dias seguintes, usuários prontamente acusaram a empresa de tecnologia de ter introduzido viés político de esquerda, especificamente do tipo progressista identitário (vulgo “woke”), em seu produto — em outras

palavras, uma ideologia que, em vez de buscar tratamento igual, busca hostilizar pessoas rotuladas como “privilegiadas”, particularmente homens brancos heterossexuais, em oposição às identidades rotuladas como “oprimidas”. Os próprios adeptos da ideologia, no entanto, reclamaram dos nazistas negros. A gigante da tecnologia respondeu ao ultraje interrompendo a capacidade da Gemini de gerar imagens no dia 22.

O procurador-geral do estado americano de Montana, Austin Knudsen, mandou uma carta oficial aos responsáveis dizendo que o Google “parece ter tido a intenção deliberada de veicular informações imprecisas quando essas imprecisões se encaixavam nas preferências políticas do Google”. O oficial também disse que

a Gemini pode ter violado as leis locais de proteção ao consumidor, e que, se os programadores foram direcionados a construir uma IA que discrimina com base em raça ou outras características protegidas, “poderia incidir em leis de direitos civis, incluindo um ambiente hostil de trabalho”.

A **Gazeta do Povo** conversou com um cientista de dados brasileiro que está trabalhando no treinamento do robô de conversação Claude, da empresa Anthropic (formada por ex-funcionários da OpenAI, do ChatGPT) a respeito do incidente. Ele pediu anonimato, pois seu contrato é sigiloso. “É extremamente improvável que tenha sido uma coisa orgânica, um resultado da massa de dados que usaram para treinar a Gemini”, explica o programador. “O mais provável é que, acima da rede neural e

modelos estatísticos usados para gerar as imagens, exista um código especificamente criado para limitar e filtrar o que pode ser gerado”. Em outras palavras, o viés político observado foi uma decisão consciente do Google. “É normal esse tipo de controle, para evitar a produção de imagens com violência extrema ou pornografia infantil, por exemplo”, acrescenta o especialista.

O problema não se limita à geração de imagens. O jornalista Pedro Burgos mostrou, na rede social X, que a Gemini gerava uma chamada para manifestação “ao estilo de Lula”, mas se recusava a fazer o mesmo “ao estilo de Jair Bolsonaro”. “Não consigo te ajudar com isso, eu sou apenas um modelo de linguagem”, justificava-se o robô ao recusar o serviço. Burgos também exibiu um vídeo da tela

mostrando que a Gemini chegava a começar a elaborar uma resposta, mas algo interferia e abortava o processo.

A Gemini também disse que era “difícil dizer” quando um usuário perguntou se Adolf Hitler (um ditador que matou milhões) ou o bilionário Elon Musk (um empreendedor nos ramos automotivo, espacial e de comunicações) tiveram um impacto mais negativo na sociedade, e se recusou a ajudar usuários a vender peixes de aquário ou a tentar obter emprego em empresas petrolíferas por “preocupações éticas”.

Quanto à pedofilia, a IA disse, em resposta a um usuário que perguntou se é errada, que a pergunta exige “nuance” pois “pessoas atraídas por menores não conseguem controlar por

quem se sentem atraídas”. Esta resposta foi comentada por um porta-voz do Google, que a chamou de “assustadora e inapropriada”, prometendo que “estamos implementando uma atualização para que a Gemini não mostre mais essa resposta”. De fato, em pouco tempo o programa passou a dizer que “sim, a pedofilia é absoluta e inequivocamente errada”.

Musk não deixou barato: “estou feliz que o Google tenha pegado pesado na geração de imagens de sua IA, pois deixou claro para todos que sua programação é insana, racista e anticivilização”, disse ele na rede social da qual é dono.

Acusações de viés político contra o Google não são novas. Quando Donald Trump ganhou as eleições para presidente dos Estados Unidos em

2016, a empresa fez uma reunião presencial com os funcionários em que grandes nomes internos manifestaram desolação. O cofundador Sergey Brin disse que achava “essa eleição profundamente ofensiva”. “Foi muito doloroso”, disse com voz embargada Ruth Porat, diretora financeira, pedindo que os funcionários se abraçassem para aliviar a tristeza pela derrota de Hillary Clinton.

Da plateia, um funcionário mandou um recado aos “homens brancos” para que “entendessem seu privilégio” na sociedade, lessem sobre “a história da opressão no nosso país” e aproveitassem o feriado de Ação de Graças para enfrentar “a voz da opressão”. Sendo ele próprio um homem branco, prometeu que faria isso, terminando aplaudido pelos colegas e pela cúpula da empresa.

Em 2017, o engenheiro de software James Damore foi demitido do Google por circular internamente um memorando em que fazia uma discussão de resultados de pesquisa científica de diferenças entre os sexos e explicava que cotas de 50% para mulheres na engenharia de software seriam injustas, pois poucas se interessam e se formam na área. O diretor executivo da empresa, Sundar Pichai, acusou o ex-funcionário de violar o código de conduta do Google ao proferir “estereótipos nocivos de gênero no nosso ambiente de trabalho”.

### **Qual é a IA mais woke que existe?**

David Rozado, pesquisador em ciências sociais computacionais, aplicou um teste desenvolvido por uma plataforma de avaliações psicológicas



que calcula um “índice woke” para saber qual modelo grande de linguagem (LLM na sigla em inglês, outro nome para os robôs conversacionais de IA) mais comete o erro da Gemini. Como há LLMs disponíveis gratuitamente para modificação, há uma grande diversidade de robôs. Rozado criou de propósito um “GPT de esquerda” (*LeftWing GPT*, modificado do GPT 3.5) — este tirou a maior nota de identitarismo após cinco testes. Previsivelmente, o “GPT de direita” (*RightWing GPT*) também criado por Rozado ficou com o menor índice woke entre 24 LLMs testados.

Mas a Gemini não ficou muito atrás do mais caricato dos robôs ideológicos: sua nota a posicionou no quarto lugar. Interessantemente, o robô Qwen, da empresa chinesa Alibaba, foi quase tão woke quanto o robô caricatamente de

esquerda criado por Rozado. O GPT-4, versão paga do ChatGPT da OpenAI, ficou em 13º lugar, abaixo de robôs da Meta (empresa mãe do Facebook) e da Microsoft. O Grok, LLM do X de Elon Musk, foi o modelo mais próximo de respostas aleatórias que Rozado utilizou como um controle para simular o que seria neutro quanto à ideologia identitária, sem tirar uma nota muito baixa que indique antagonismo como a nota do “GPT de direita”.

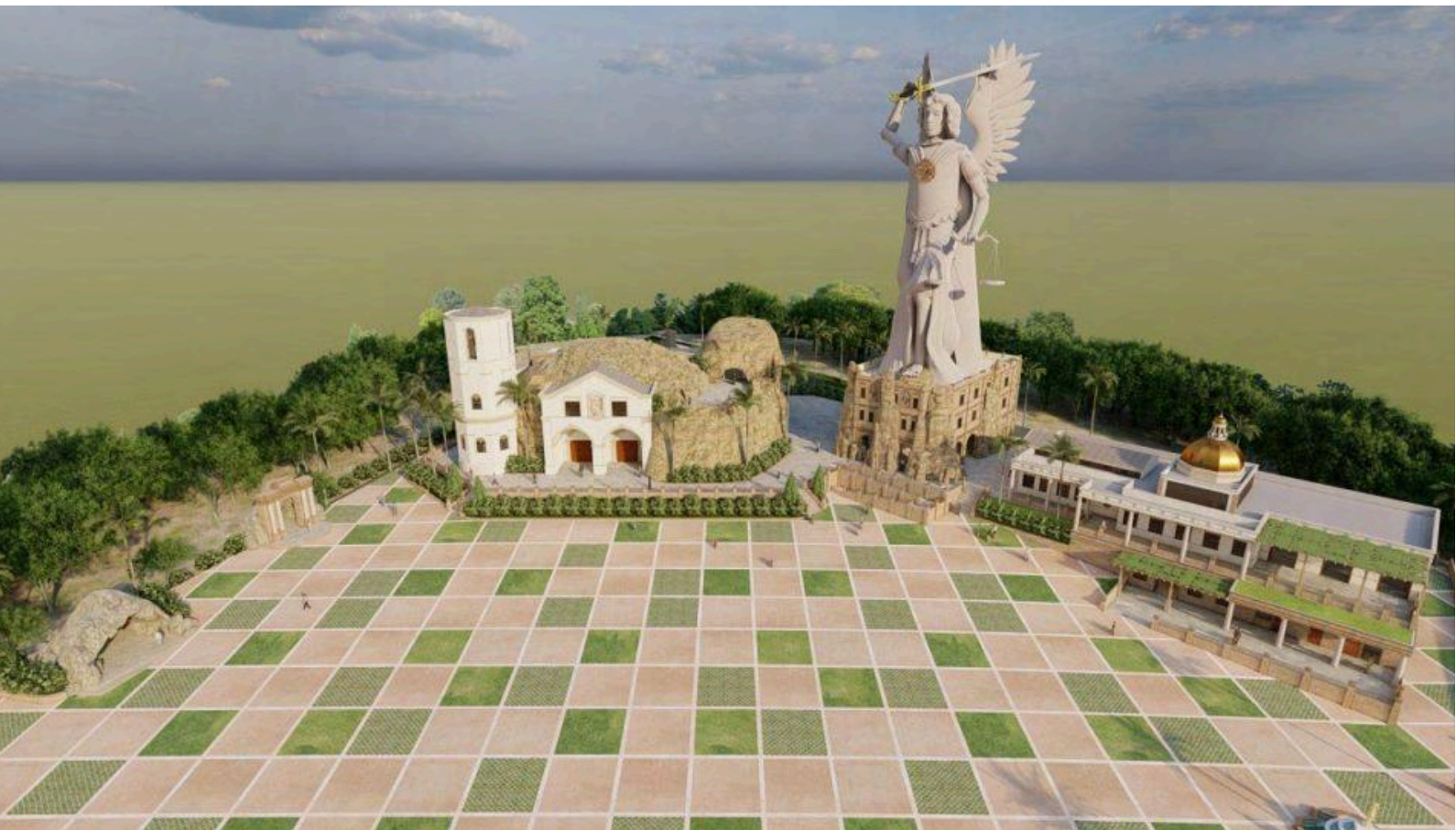
Rozado também tem testado os robôs de conversação com a “bússola política”, que classifica opiniões políticas em um gráfico com eixos esquerda-direita e autoritário-libertário. Quase nenhum LLM cruza a fronteira entre esquerda e direita, ficando quase todos na esquerda. Mas isso só acontece após o

treinamento, pois os modelos-base se concentram mais no centro político.

O pesquisador concluiu que é o ajuste fino feito por humanos o que puxa as IAs para preferências políticas específicas. “Como os LLMs começaram a substituir fontes de informação mais tradicionais como os mecanismos de busca ou a Wikipédia, as implicações para os vieses políticos incrustados nos LLMs têm ramificações sociais importantes”, reflete Rozado, em publicação própria.



[Voltar ao índice](#)



*Imagem de como ficará o projeto do Complexo Turístico Gruta do Arcanjo. | Foto: Divulgação/Basílica de São Miguel Arcanjo*

## Estátua

# SP terá São Miguel Arcanjo maior do que o Cristo Redentor

Por Gabriele Bonat

Uma estátua de São Miguel Arcanjo com 70 metros de altura está em construção no interior de São Paulo. A Basílica localizada na cidade de

São Miguel Arcanjo, a 180 quilômetros de distância da capital paulista, iniciou as obras em maio de 2023. A previsão é que as obras sejam finalizadas em 2026.

A Basílica de São Miguel Arcanjo atrai fiéis do Brasil inteiro. Para acomodar esse público foi estruturado um grande projeto, o Complexo Turístico Gruta do Arcanjo, localizado a 1,5 quilômetro da Basílica, em uma área de 30 mil m<sup>2</sup>.

“O peregrino vem por devoção para participar da missa e vai naturalmente querer passar mais tempo naquele lugar. Começamos a estudar para fazer uma estátua. As coisas foram sendo conduzidas por Deus”, explica o padre Márcio Almeida, reitor da Basílica de São Miguel Arcanjo.

Os estudos para o início do projeto começaram em 2019. “Tentamos comprar cerca de cinco terrenos, mas não deu certo. Então, ganhamos um terreno e, diante da possibilidade, ampliamos a nossa ideia. Surgiu então o Complexo Turístico Gruta do Arcanjo”, conta o padre.

O complexo é composto por dois prédios, praça campal, estacionamento, espaço comercial e uma igreja. Um dos prédios terá banheiros, lanchonete, uma capela para 80 pessoas e um auditório com capacidade para 250 pessoas. Segundo o religioso, essa estrutura está quase finalizada.

A imagem de 70 metros de altura será construída no segundo prédio, que deve iniciar as obras no segundo semestre deste ano. “A

parte da ferragem da estátua está praticamente pronta. O primeiro trabalho do escultor é trabalhar no ferro e depois vem com o concreto. Está praticamente finalizado, mas somente será colocado depois do prédio pronto”, diz o reitor da Basílica de São Miguel Arcanjo.

“O tamanho será de 70 metros de altura. Em torno de 57 metros é o tamanho da estátua, mas a contagem inclui a base, que terá um aspecto de rocha. Então, do chão até a ponta da asa, terá 70 metros”, complementa.

Na sequência da obra do complexo será construída uma praça campal com espaço para 15 mil fiéis, para celebrações de missas. A primeira parte do projeto do complexo envolve os prédios, praça campal e estátua, com previsão de finalização para 2026. Após essa

primeira entrega, a Basílica começará a estudar um novo projeto para a igreja, que ainda não tem previsão para início das obras. “O projeto da igreja é uma obra com custo grande, pois é uma igreja semelhante ao Santuário de São Miguel Arcanjo da Itália. Por fora tem a semelhança de uma gruta e por dentro também”, afirma o sacerdote Márcio Almeida.

A construção do complexo tem como objetivo atrair mais fiéis para a devoção a São Miguel Arcanjo.

“São Miguel é o defensor do povo de Deus, é uma compreensão da tradição da igreja. Ele é o nosso defensor, um anjo que tem uma missão maior que a dos anjos comuns, alguém que está ao nosso lado para nos defender”, evidenciou o padre.



O custo do projeto total foi estimado em R\$ 26 milhões, a partir de doações de benfeitores da igreja. A primeira fase das obras deve custar em torno de R\$ 12 milhões. Uma campanha de doações destinada somente à obra do complexo foi organizada. Os fiéis já podem visitar o espaço para ver como está o andamento das obras. Segundo o padre, assim que houver a liberação do primeiro prédio terão início as celebrações de missas no local. É possível contribuir com o projeto, que agrega informações pelo site da Basílica de São Miguel Arcanjo.



[Voltar ao índice](#)

## PARA SE APROFUNDAR

- [Maconha: descriminalização é um dos erros mais graves que o STF pode cometer](#)
- [Quem é o brasileiro suspeito de planejar ataques a judeus por ordem do Hezbollah](#)
- [Empresas e países travam “guerra” por baterias mais eficientes para carros elétricos](#)
- [Ideologia e conteúdo fraco: o que há de errado na formação de professores no Brasil](#)
- [Projeto limita cidadania italiana e pode atingir milhões de brasileiros](#)
- [Leia nossas análises para 35 filmes que disputam o Oscar neste ano](#)

## COMO RECEBER

As edições da Gazeta do Povo Revista vão estar disponíveis para download em PDF pelos nossos assinantes todos os sábados pela manhã no site do jornal. Também é possível se inscrever, para ser lembrado de baixar o arquivo, pelo [Whatsapp](#) ou pelo [Telegram](#). Se preferir receber por e-mail, você pode se inscrever na [newsletter](#) exclusiva para receber o link de download.

## EXPEDIENTE

A Gazeta do Povo Revista é uma seleção de conteúdos publicados ao longo da semana no nosso site. Curadoria e formatação: Carlos Coelho, Daliane Nogueira e Marcela Mendes. Apoio: Jessica Lopes da Silva dos Reis. Conceito visual: Claudio Cristiano Gonçalves Alves. Coordenação: Patrícia Künzel.

## APLICATIVO

Caso seu acesso seja via aplicativo iOS, só é possível visualizar o pdf. Para fazer o download, recomendamos o uso do navegador de internet de seu celular.



Voltar ao índice